



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 4/2017

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2.º Secretário – Paula Cristina Conde Sancha Nabais

SUBSTITUIÇÕES

Joaquim Silva Leal (*substituído por Tânia Cristina Pires Leal*)

Sara Ramos Bilo (*substituída por Lídia Martins Ribas*)

Celino Augusto (*substituído por Marisa Sofia Gonçalves Martins*)

Manuel Joaquim Fogueiro Rito (*substituído por Rui Miguel Marques*)

Presidente da Junta de Freguesia de Soito (*Representado pela Secretária: Amélia Isabel Garcia Carvalho*)

HORA DE ABERTURA: dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



R

Às dezassete horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

1.1 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/06/2017; —

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 28 de abril de 2017 a todos os Membros da Assembleia. Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a ata à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 29/06/2017**. Não participaram na votação desta ata os Membros que estão ao abrigo no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao 1.º Secretário que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

- **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Joaquim Silva Leal, tendo sido substituído por Tânia Cristina Pires Leal; -----
- **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Celino Augusto, tendo sido substituído por Marisa Sofia Gonçalves Martins. -----
- **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Manuel Joaquim Fogueiro Rito, tendo sido substituído por Rui Miguel Marques; -----
- **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Sara Ramos Bilo, tendo sido substituída por Lúcia Martins Ribas. -----



➤ Ofício da Junta de Freguesia de Soito a informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pela Secretária da Freguesia, Amélia Isabel Garcia Carvalho, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto III do Antes da Ordem do Dia. Assim e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Depois de cumprimentar os presentes o Senhor José Ilídio Clemente, usou da palavra para fazer a intervenção seguinte: -----

“Permita-me Senhor Presidente da Assembleia que dedique a minha intervenção ao primeiro candidato das respetivas listas. -----

Caríssimos políticos. -----

Em primeiro lugar somos gente como todos os demais, apenas nos difere a vontade de alcançar o poder. O Poder de ser, o poder de ter, o poder de mandar e o poder de determinar. É normal porque somos humanos, mas também, por vezes, ao expormo-nos à opinião pública esquecemo-nos das rugas que o tempo político nos produz no físico e no íntimo, sempre. Logo é tempo de reflexão.-

As autárquicas estão aí de novo, à porta da saída de férias ou da entrada no ciclo anual que as antecede com um ano de trabalho. É bom que este tempo seja de reflexão e que daí advenha o acontecimento de luz que nos encaminhe, luz de sabedoria, luz de temperança e acima de tudo luz do sizo que cria a esperança. Os desafios que nos esperam são cada vez de maior exigência, não nos poderemos compadecer com a angústia e com o sofrimento pessoal. É tempo de dádiva. Teremos de partir para planos de abnegação e solidariedade, esquecermo-nos de nós e dos que mais amamos, sem nos esquecermos destes. É tempo de sermos capazes de estar em duas frentes, a família e os outros, sabendo que, por vezes, a família parece ficar a perder, o que não pode acontecer. -----



Atentai que o clima é de constante atenção e ação, temos de ser transparentes como a água das nascentes, lúcidos como os raios de sol, rápidos como a luz, diligentes e assertivos na verdade. ----

De nada nos servirão queixas ou lamúrias para justificar o que não fizemos ou fizemos errado, não havendo volta a dar. -----

A nossa imagem deve permanecer imaculada e não devemos ficar em pedestais de estabilidade duvidosa que nos venham a oferecer. A tentação é igual para todos, porem só alguns caem. As obras são de alguns e não têm mais mérito do que o servir bem a população. Não se deixem enganar, nem enganem, nem há que mascarar o engano com o engenho. Ser virtuoso não é para todos mas sério é para qualquer um. Logo, não façam programas que não possam cumprir, nem ganhem votos a quem vos quer destroçar, sejam verdadeiros e o sucesso levar-nos-á ao colo. -----

Apetece-me lembrar um poema de Sophia Mello Breyner Andresen: -----

Porque os outros se mascaram mas tu não;-----

Porque os outros usam a virtude -----

Para comprar o que não tem perdão -----

Porque os outros têm medo mas tu não -----

Porque os outros são os tímidos caiados -----

Onde germina calada a podridão. -----

Porque os outros se calam mas tu não. -----

Porque os outros se compram e se vendem -----

E os seus gestos dão sempre dividendo. -----

Porque os outros são hábeis mas tu não. -----

Porque os outros vão à sombra dos abrigos -----

E tu vais de mãos dadas com os perigos. -----

Porque os outros calculam mas tu não. -----



A

Usou da palavra a **Senhora Patrícia Quintalo** que depois de cumprimentar os presentes, referiu-se à Empresa Uninvest, uma vez que constava, publicamente, que esta empresa poderia encerrar, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento da situação e o que estava a fazer para resolver esta situação uma vez que estavam em causa cerca de 80 postos de trabalho. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor João Manso Dias**, usando da palavra disse: -----

“Trazer um tema muito importante, que tem a ver com a demografia do nosso Concelho nos últimos 4 anos, ou seja de 2012 a 2016. Todos estaremos de acordo que a maior riqueza das nossas aldeias são as suas gentes, que nelas habitam. No entanto, a população do Concelho do Sabugal tem vindo a diminuir drasticamente, entre 2012 a 2016 perdeu mais de 8% da população. A média de nascimentos nestes 4 anos é de cerca de 4 nascimentos por cada mil habitantes, isto equivale a metade do registado em Portugal, que por sua vez é dos mais baixos da União Europeia, daí que muitos dos nossos estabelecimentos de ensino estejam à beira de fechar portas, porque faltam as crianças. -----

Neste ano letivo, o 5º ano do Colégio do Soito, tem apenas matriculadas 6 ou 8 crianças e o Agrupamento de Escolas do Sabugal abriu duas turmas, uma com 11 alunos e outra com 12 alunos.

A mortalidade nestes últimos 4 anos foi de cerca de 25 óbitos por cada mil habitantes. Aqui o cenário torna-se pior quando comparado com os nascimentos, pois a mortalidade no nosso concelho é quase o triplo, quando comparada com a média nacional. Sendo, o nosso Concelho, um dos mais baixos em densidade populacional, em poucos anos arrisca-se a tornar-se um dos territórios mais despovoado de Portugal.-----

É cada vez mais urgente implementar novas políticas para poder atrair para o nosso concelho gente nova e apoiar os residentes, empresários, mulheres, homens e as crianças que ainda cá vivem, pois eles são autênticos heróis, pois continuam a acreditar nas potencialidades do nosso território. Só assim será possível regenerar as nossas gerações de maneira a inverter este cenário tão negativo. -----

Termino, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara que medidas tomou ao longo destes 8 anos que leva à frente nesta autarquia, pois elas não têm conseguido travar esta peste negra do século XXI que, ano após ano, vai aumentando e despovoando o nosso território. Em minha modesta



opinião, nestas áreas e noutras áreas, era obrigatório que o Senhor Presidente da Câmara tivesse feito muito melhor, devido à sua grande experiência. -----

Usou da palavra o Senhor João Manata que depois de cumprimentar os presentes e dado ser a última assembleia municipal deste mandato desejou a todos as maiores felicidades, para os candidatos votos de um bom trabalho e para quem não for candidato “*gostei muito de trabalhar convosco*”. -----

Continuando e, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que: -----

1. Numa das suas voltinhas ao longo do rio, verificara a existência de óleo, junto a casa do Xico da Fonseca que era agora do Norberto, a ir para o rio, era uma situação recorrente, há mais de 30 anos e nenhum executivo resolvia essa situação; -----
2. Foram requalificadas algumas estradas e ruas do Sabugal, e muito bem, mas tinham-se esquecido da Rua Luís de Camões, que neste momento era das piores que existia no Sabugal. -----

Depois de cumprimentar os presentes o Senhor João Aristides Duarte, usou da palavra para fazer a seguinte intervenção: “*Aproveito esta ocasião para, mais uma vez, me referir a alguns dos eventos culturais levados a cabo no Sabugal, esperando que o próximo, a realizar em Sortelha, seja bom.* -----

Em primeiro lugar refiro que continuo a pensar que o Rock in Raia tem tudo para ser um Festival que atraia gente de fora do concelho. Não se pode é não fazer quase divulgação nenhuma e esperar que as pessoas apareçam. Apesar disso, ainda aparecem. Foram poucos? Também os primeiros Festivais de Paredes de Coura tiveram pouca gente e hoje faz parte da rota dos grandes Festivais de Verão. Seria um erro acabar com ele ou, sequer, mudá-lo de localização, já que as condições propícias estão lá, onde se tem realizado. -----

Também dou mais uma vez os parabéns à Câmara pelo evento “Sabugal-Surpreenda os Sentidos”, que acho que deverá continuar. Acabar com os eventos culturais sem os deixar consolidar tem sido uns dos grandes erros que se têm cometido no Sabugal. -----

Esta é a última Assembleia Municipal do atual mandato. Não posso deixar de referir que o grupo da CDU, ao qual pertenço, se orgulha do seu trabalho nesta Assembleia. Sempre se bateu pela defesa das populações, sempre apoiou o que era bom para os habitantes do concelho, sem olhar à origem partidária das propostas, e sempre contestou o que não servia as populações. Por último gostaria de dar conta de que as sinalizações na estrada Sortelha/Bendada não são as melhores. Quem não for da zona e não conhecer engana-se com facilidade. Não há placas a indicar o caminho para quase nenhuma localidade. É um pequeno reparo que faço na esperança de uma melhoria dessa situação.” -----

Depois de cumprimentar os presentes o Senhor Carlos Luiz disse: “Disse o Senhor Presidente que esta é a última Sessão deste mandato da Assembleia Municipal. Seria excelente se, cada um de nós, prestasse contas ao Concelho, do trabalho feito ao longo deste mandato, pegando nos programas eleitorais e confrontando o que foi feito e o que não foi feito. -----

Urge alterar o Regimento desta Assembleia Municipal, pois o mesmo não está de acordo com a Lei n.º 75/2013. -----

Sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador do poder executivo ao abrigo do artigo 250º da Constituição da República Portuguesa, não faz sentido sermos convocados com um envelope da Câmara Municipal, quando até o presépio teve direito, e muito bem, a três envelopes, a Associação de Freguesias da Raia também ela tem o seu próprio envelope, bem como as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho têm os seus próprios envelopes. -----

Faço duas distinções, a primeira, a um Deputado Municipal que, ao longo dos anos, aqui tem trazido questões prementes, esse Deputado tem sido bastante coerente, determinado e vigilante para com os problemas do nosso concelho, o Senhor Deputado João Manata, o senhor é um excelente autarca, um intérprete fiel de muitas preocupações dos nossos Municípios e é um Homem íntegro. A segunda distinção, ao Senhor Dr.º José Teles, pois de facto, as suas preocupações, assiduidade e a sua presença nos assuntos que traz a esta Assembleia, são de um verdadeiro cidadão. -----

Despeço-me da Mesa, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, despeço-me de todos aqueles que dão o seu melhor, nas Câmaras e nas Juntas de Freguesia. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Luís Gonçalves, usando da palavra disse que iria fazer um balanço do mandato em relação a um tema, que lhe parecia ser uma das paixões deste Executivo, e que fazia parte do vasto programa da candidatura, de há 4 anos: “*A Floresta, a Pecuária e a Agricultura*”. Assim, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou quais dos programas que iria elencar estavam em funcionamento: -----

- a) *Clube dos Produtores do Sabugal;* -----
- b) *Gabinete de Apoio ao Agricultor, nomeadamente através de parcerias entre a Direção Regional de Agricultura, Cooperativas, Agricultores, Juntas de Freguesias e cooperação dos empresários do setor da pecuária, agricultura e florestal;* -----
- c) *Se está ou não dinamizado o Mercado Municipal, sabendo que há mais bancas em funcionamento;* -----
- d) *Se está ou não dinamizado outros Mercados da época, com diversidade dos produtos ao longo do ano, aproveitando as festividades e férias. Não considerando aqui as feiras que se têm feito, nomeadamente a Enertech e a Ag’ro-Raia;* -----
Portanto, dinamizar os investimentos de natureza estrutural, designadamente no que refere a estruturas coletivas de rega, permitindo uma melhor cobertura de utilização da água, com aproveitamento de fundos comunitários. Prolongamento dos canais de rega para e, na Bendada; -----
- e) *Concluir o estudo iniciado do Plano de Inovação e Empreendedorismo Rural;* -----
- f) *Requalificação do Mercado do Gado, independentemente dos projetos que se falam, se está ou não está em funcionamento;* -----
- g) *Promoção e investimento na área florestal, procurando uma gestão sustentável, com benefícios para os produtores e baldios.”* -----

Usou a palavra o Senhor António Gata que, depois de cumprimentar os presentes disse, em representação do Grupo Municipal do PSD, procedeu à leitura do seguinte texto: “*O Senhor Manuel Joaquim Fogueiro Rito termina neste mandato o seu, muito longo, serviço nesta Assembleia, função que, durante décadas, desempenhou com elevado sentido de serviço público. Considerando que o Senhor Manuel Joaquim Fogueiro Rito participou nesta Assembleia, com a responsabilidade e o contributo desinteressado na defesa da causa pública, tendo granjeado junto dos seus pares a estima e o apreço que todos lhe dedicamos.* -----

Considerando que este membro, com humildade o reconhecemos, sempre usou a urbanidade e o respeito para com todos. Sempre foi merecedor do nosso respeito, o qual nos devolveu sempre em dobro. -----

Considerando que ao longo da sua vida estimulou, pelo exemplo, os mais novos quer na vida pública quer na vida empresarial, onde o sucesso alcançado constitui um modelo de empreendedorismo no concelho e na região. -----

Propomos um Voto de Louvor ao Senhor Manuel Joaquim Fogueiro Rito, pela longa carreira ao serviço do próximo e pela sua provecta idade em tão boa forma e de quem ainda muito se espera.”

A atribuição de Voto de Louvor ao Senhor Manuel Joaquim Fogueiro Rito, de conformidade com a alínea e) do artigo 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal foi colocada à votação, tendo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

De seguida, pelo Senhor António Gata, e subscrito por todos os Grupos Municipais foi proposto um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte. A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar o Voto de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO.** -----

Findas as intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** de imediato concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, depois de cumprimentar os presentes, disse que iria ser sucinto nas respostas. -----

Em resposta à questão colocada pela senhora Patrícia Quintalo disse: “*Ouvimos aqui nesta Assembleia, ou pelo menos ficamos todos com o entendimento que, no Sabugal, se a Câmara não faz o concelho para, ou seja, foi interiorizado que efetivamente o Senhor Presidente da Câmara e os Membros do Executivo Municipal são responsáveis pela iniciativa privada e pelo alojamento das famílias. Acham que é a Câmara quem decide quem vai residir para a Guarda e quem fica a residir no Sabugal.* -----

Aproveitando e em resposta à intervenção feita pelo Senhor João Manso disse que, se todos os funcionários públicos que trabalham no Município do Sabugal nas Repartições de Finanças, Organismos Públicos e nas Escolas, vivessem todos no Sabugal, tínhamos mais 100 famílias e eram cerca de mais 100 alunos que frequentavam as nossas escolas. Portanto, devemos ter a noção exata das questões colocadas. -----



Recentemente foi divulgado o Guia Social, o qual tem muitas das respostas e das opções das propostas que são colocadas para as famílias. Mas, na verdade, se o país não fizer o mesmo discurso que a União Europeia faz há muitos anos, de sentir que há regiões na Europa para a convergência e que efetivamente são alocados recursos financeiros para que possam desenvolver projetos. Se o país tem um discurso, nomeadamente com a Unidade de Missão para o Interior (criado no ano passado) e depois existe uma prática diferente que colide contra o discurso oficial. Nós estamos nos territórios de baixa densidade e se não houver ajuda externa nós continuaremos nos territórios de baixa densidade. -----

Temos de exigir aos eleitos e aos políticos locais mas também temos de exigir muito ao Estado central e não ouço aqui nenhuma voz dessa exigência. -----

É evidente que são necessárias novas políticas que criem a inversão do interior, novas políticas nacionais que associadas àqueles mecanismos e às poucas possibilidades que a Câmara tem de ajudar na construção desse ecossistema favorável à fixação de famílias. -----

Na Ordem do Dia temos um conjunto de benefícios promovidos pelo Executivo, nomeadamente a participação do IRS, o IMI, a Taxa Municipal do Direito de Passagem, entre outros. -----

Por outro lado, temos o caminho da procura permanente pela diplomacia económica, pelo contacto de investimento para o nosso concelho, valorizando os nossos recursos, verificando aquilo que efetivamente podemos oferecer ao empresário mas, depois não podemos colidir com os sistemas de portagem que temos. Já aqui vos referi, várias vezes, um dos bloqueios da Empresa que está instalada no Soito, a Bi-Silque, é o transporte, são as portagens. Isso é que deviam ser problemas, por vós identificados, para trabalharmos em conjunto essas matérias. -----

O Presidente da Câmara está verdadeiramente preocupado com a situação da Uninvest, há cerca de quatro meses que tenho conhecimento da situação. A diplomacia económica tem de ser feita com algum sigilo e conveniência, motivo pelo qual não posso transmitir aqui o que está a ser feito nesse sentido. -----

O tecido empresarial do interior do país está debilitado e a questão da falta de diferenciação positiva relativamente à fiscalidade, o problema da conectividade das comunicações, o problema da mobilidade e das portagens aumenta esta impossibilidade de inverter.” -----

Em resposta ao Senhor João Manata disse que a questão do óleo é um problema ambiental, pelo que deveria ter comunicado de imediato à G.N.R. para levantar o auto que seria submetido ao Ministério Público que acionaria as devidas medidas. -----

A

Ao Senhor João Aristides disse que os eventos tinham de ser consolidados. Os eventos serviam para promover o território, os recursos e afirmar as regiões. Enquanto não derem provas, por diversas tentativas e diversificadas ações de intervenção, de insucesso, dever-se-á mantê-los e valorizá-los cada vez mais. -----

Concordo que há eventos, património e monumentos que exigem que haja persistência e trabalho. --

Em resposta à intervenção do Senhor Luís Gonçalves, disse: *“hoje preparou-se para vir aqui fazer uma avaliação do programa eleitoral do António Robalo apresentada há quatro anos. Estamos quase no início da campanha eleitoral. Poderia aproveitar para trazer o meu próximo programa eleitoral e responder-lhe, fazendo uma avaliação do que foi feito até agora. Apenas lhe vou responder que estamos em vésperas do início da campanha eleitoral e não quero ser acusado de ter aproveitado um órgão institucional, que é a Assembleia Municipal, para começar a campanha política.”* -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - INFORMAÇÃO REGISTADA SOB O N.º 2981, DATADA DE 23/08/2017, REFERENTE À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Começou por dizer que a Câmara Municipal, em Reunião de 01/09/2017, tinha deliberado, por unanimidade, e em conformidade com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 19.º conjugado com o artigo 20.º da Lei das Finanças Locais, **prescindir** da participação no IRS (até 5 %, que correspondia a uma receita de cerca de 240.423,00 €) para o ano de 2018. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor Carlos Luiz para dizer: *“Tenho algumas dúvidas, a não ser que haja legislação em contrário, esta proposta deveria ficar inserida no orçamento do próximo ano e serão os novos deputados municipais a deliberar sobre esta matéria. Sei que têm de ser enviadas as deliberações das Assembleias Municipais sobre esta matéria, à Direção Geral dos Impostos mas, antes disso vai*





haver uma Tomada de Posse de novos Membros da Assembleia Municipal, pelo que não deveria este assunto ser votado na presente Sessão, pois estamos a impor uma medida aos novos eleitos.” --

Senhor António Gata para, dizer que “passamos muito do nosso tempo nesta Assembleia a queixarmo-nos das dificuldades com que o Concelho se debate para atrair e fixar pessoas. Assim, todas as medidas benéficas aos que fazem questão de ter cá o seu domicílio fiscal, só podem ser objeto de satisfação. Nesta situação concreta, o único reparo que posso fazer, é constatar que o executivo podia ser mais ativo na divulgação desta medida.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que em resposta às questões colocadas disse: “esta é uma das medidas que está compilada no Guia Social. Devemos ter todos a noção que a libertação de 5% é um grande benefício que apenas 15 dos 308 Municípios aplicaram no ano passado. -----

Quanto à intervenção do Senhor Carlos Luiz, disse que este assunto era votado, todos os anos, em setembro, para poder cumprir os prazos de comunicação, por via eletrónica, à Direção Geral dos Impostos. Na ausência desta comunicação, será validada uma taxa de libertação de 0%. Pretende-se precaver atempadamente que haja a comunicação dentro do prazo previsto, não ficando sujeitos a eventuais falhas de comunicação digital que costumam ocorrer no final do ano.” -----

Não havendo mais inscrições para intervir sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com 1 abstenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia com declaração de voto, prescindir da participação de IRS (até 5%) para o ano de 2018. -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi feita a seguinte declaração de voto: “O Presidente da Assembleia manifestou, o ano passado, sobre esta matéria, uma decisão contrária à unanimidade, porque entendo que o Município deveria aproveitar uma parte da verba libertada para realizar investimentos. No ano passado foi apresentada uma proposta de redistribuição diferente, com a qual, em tese, concordei. Este ano não há uma proposta em concreto, por isso não voto contra, mas, abstenho-me, por uma questão de coerência, porque acho que o Município poderia alavancar algumas dimensões não distribuindo a totalidade.” -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO REGISTADA SOB O Nº 2976, DATADA DE 23/08/2017, SOBRE A “TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PRÉDIOS URBANOS” A QUE REFERE A ALÍNEA C)



DO N.º 1 DO ART.º 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), PARA O ANO 2018; -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Assim, disse tratar-se de um documento deliberado em reunião de câmara sobre a informação que tem de ser dada à Autoridade Tributária e Aduaneira sobre o posicionamento do ano 2018 relativamente ao IMI. Ao longo destes anos no Concelho do Sabugal tem sido aplicado o valor mais baixo permitido, ou seja, Prédios Urbanos – 0,3% e os Prédios Rústicos – 0,8%. Informou ainda que havia um imposto aplicado às empresas, a derrama, que não era cobrado pelo Município do Sabugal, sendo uma vantagem competitiva para as empresas. -----

Continuando e no que se refere especificamente ao IMI, o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitia a possibilidade de intervencionar algumas atividades que ocorriam no Concelho, quer pela redução quer pela majoração da taxa. Na reunião de câmara entenderam à semelhança dos anos transatos aprovar a redução da taxa do IMI familiar, em função do número de dependentes. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal sobre a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a que refere o art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano 2018, deliberado, por unanimidade: -----

- a) **Manter as taxas no valor mínimo: Prédios Urbanos – 0,3%;** -----
- b) **Aprovar a redução da taxa, prevista no artigo 112-Aº do diploma acima mencionado (aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), da seguinte forma:** -----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	20
2	40
3	70

- c) **Aprovar a majoração de 30% para prédios urbanos degradados, conforme previsto no n.º 8 do artigo 112º do mesmo diploma;** -----



d) **Aprovar a majoração do dobro da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta inferior a vinte euros por cada prédio abrangido, ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 112º do mesmo diploma. -----**

PONTO 3 - INFORMAÇÃO REGISTADA SOB O N.º 3044, DATADA DE 29/08/2017, REFERENTE À TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM A APLICAR PARA O ANO DE 2018, NOS TERMOS DO ART.º 106.º DA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO “LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS”, ALTERADA PELO DECRETO – LEI N.º 92/2017, DE 31 DE JULHO; -----

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. Assim, disse tratar-se de uma taxa municipal de direitos de passagem a aplicar para o ano de 2018 (nos termos do artigo 106.º da lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada pelo Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho) sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que ofereciam redes de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do Município, no montante máximo de 0,25 %. Como os operadores, posteriormente, a fariam refletir no consumidor final, a Câmara tem vindo a deliberar que a taxa seja de 0 %. -----

Não tendo havido inscrições para intervir, o senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal sobre a Taxa de Direito de Passagem a aplicar para o ano de 2018, nos termos do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada pelo Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, **deliberou, por unanimidade, manter a taxa em vigor de 0%, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2018; -----**

PONTO 4 - RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL DE 3 EXEMPLARES ARBÓREOS, NOMEADAMENTE O LÓDÃO (*CELTIS AUSTRALIS*) DE SORTELHA, O CASTANHEIRO (*CASTANHEA SATIVA*) DE MALCATA E A AMOREIRA (*MORUS NIGRA*) DE VILA BOA, CONFORME ARTIGO 8º DO REGULAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL; -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse: “*na sequência do Regulamento de Classificação e*



Valorização de Interesse Municipal aprovado nesta Assembleia e dos procedimentos que o mesmo impõe, este assunto foi aprovado em sede de reunião de câmara e submetido a esta Assembleia Municipal para reconhecer o Interesse Municipal destes três exemplares arbóreos, que para além de permitir que fiquem salvaguardadas também recebem um selo promocional diferente.” -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manso que disse: *“Não acho só que é importante aprovar o reconhecimento de interesse municipal destes três exemplares arbóreos, pois os mesmos já são centenários, mas também deveria ser destinada uma verba a ser entregue a Juntas de Freguesias ou a Entidades responsáveis para manter este património, acompanhados sempre com os Técnicos da Câmara Municipal. Deveriam também ser colocadas placas toponímicas, indicando ao público em geral a sua localização e, no local onde se encontram estas árvores deveria conter a sua descrição detalhada.” -----*

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta à intervenção feita, disse: *“Concordo com tudo o que disse. São situações previstas no Regulamento, sendo evidente o facto de ter de ser dada publicidade a estes elementos patrimoniais de interesse municipal.” -----*

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, reconhecer o interesse municipal de três exemplares arbóreos, nomeadamente o Lodão (*Celtis Australis*) de Sortelha, o Castanheiro (*Castanhea Sativa*) de Malcata e a Amoreira (*Morus Nigra*) de Vila Boa, conforme artigo 8º do Regulamento de Classificação e Valorização de Interesse Municipal. -----

PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SABUGAL E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALDEIA DA RIBEIRA, VILAR MAIOR E BADAMALOS; -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse que o investimento realizado na Requalificação do Espaço Museológico de Vilar Maior, no âmbito de uma operação do Vale do Côa, merecia que o



espaço fosse disponibilizado à visitação, sendo este mais um ponto de atração do nosso concelho, valorizando a envolvência e património de Vilar Maior. Pretende-se celebrar um Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos para a gestão operacional daquele espaço, com o acompanhamento técnico especializado por parte da Câmara. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o **Senhor Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Senhor João Manso disse: *“Estou inteiramente de acordo com este contrato e delegação de competências celebrado entre o Município do Sabugal e a.” União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos,, no entanto, acho que deveria ser a União de Freguesias a decidir cobrar ou não qualquer importância aos visitantes, o que de acordo com o presente contrato não é permitido, por força da alínea f) da cláusula segunda.”* -----

Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos disse: *“no capítulo III, ponto 1, alínea b), pedira junto do serviço responsável pela elaboração do presente contrato, para além de alterarem da Junta de Freguesia de Foios para a União de Freguesias de Aldeia da ribeira, Vilar maior e Badamalos, alterarem também o email.”* -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que em resposta às intervenções feitas, disse: *“Não podemos estar a alterar o Contrato, no entanto, com o novo mandato seriam submetidos alguns Contratos celebrados com as Juntas e União de Freguesias, podendo nessa altura ser reajustadas algumas situações. Lembrar apenas, que tem sido pratica deste Executivo, o não cobrar taxas pela visitação dos espaços. Pretende-se delegar a gestão operacional (abertura, manutenção e limpeza do edifício) não a gestão de conteúdos do Museu.”* -----

Marisa Martins, depois de cumprimentar os presentes disse: *“Senhor Presidente disse que não se cobrava entrada para entradas nos Monumentos e Castelos. Tinha ideia que no Sabugal se pagava uma pequena quantia para entrar no castelo que inclusivamente dava acesso direto ao Museu. Pagava-se, agora já não se paga? É só para me esclarecer, se puder, claro!”* -----



O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que em resposta à intervenção feita, disse: *“Pagava-se e agora não se paga.”* -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, autorizar a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência entre o Município de Sabugal e a União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos. -----

PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DO APOIO AUXILIAR ÀS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse tratar-se de um Contrato Interadministrativo de delegação de competências, a celebrar com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, Junta de Freguesia de Aldeia Velha, Junta de Freguesia de Bendada, Junta de Freguesia de Cerdeira e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas para Apoio Auxiliar nas Escolas do 1.º CEB do Concelho do Sabugal e despesas inerentes, no ano letivo que agora iniciava. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhora Marisa Martins disse: *“não sei se é neste parâmetro que se enquadra a questão que vou colocar. Se a oferta dos manuais escolares ao 1º ciclo está ou não abrangida neste ponto que estamos a discutir? Se não está, não sei se é pertinente fazer esta observação, uma vez que estamos no arranque do ano letivo. Numa Sessão, realizada no ano passado discutiu-se esta oferta dos manuais escolares aos alunos do 1º ciclo, que agora se estendeu a outros ciclos.”* -----

O Senhor Presidente da Assembleia em resposta disse não estar agendado o ponto sobre os manuais escolares, mas se fosse sucinta, não colocaria qualquer objeção na intervenção. -----

Usando novamente da palavra a Senhora Marisa Martins disse: *“por questões pessoais estou dentro do assunto pois tenho um filho que ingressou este ano letivo o 1º ano e aquando a discussão*



deste assunto no anterior ano letivo, não era muito a favor da oferta dos manuais, mas até estou contente que os tenham oferecido ao meu filho, mas, houve muitos pais da sala do meu filho (1º ano) que optaram por comprar os manuais, por estes terem de ser devolvidos. Portanto, parece-me que estamos a duplicar dinheiro. Por isso questiono se a Câmara adquire todos e vão ficar manuais em duplicado ou se a Câmara sabe dos pais que adquiriram e não gastou esse dinheiro.” -

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que em resposta à intervenção feita, disse: *“o ano passado, essa medida dos manuais escolares do 1º ano do 1º ciclo era uma medida tomada pelo Governo. A decisão de ceder e recolher era do Governo não era da Câmara. O ano passado, a Câmara ampliou a medida, estendendo-a ao 1º ciclo. Este ano, a medida do Governo foi extensiva ao 1º ciclo, ou seja, neste momento quem compra os livros é o Ministério da educação não é a Câmara. Uma vez que o Governo apenas adquiriu os manuais, a Câmara adquiriu as fichas que acompanham os manuais para o 1º ciclo e oferece-as. Portanto, os livros vão ter que os devolver (medida do Governo) as fichas não têm de ser devolvidas (oferta da Câmara).”* -----

Não havendo mais inscrições para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências**, com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, Junta de Freguesia de Aldeia Velha, Junta de Freguesia de Bendada, Junta de Freguesia de Cerdeira e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, **para Apoio Auxiliar nas EB1 do Concelho do Sabugal e despesas inerentes – ano letivo 2017/2018.** -----

PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO SABUGAL; -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse: *“A Zona Industrial do Sabugal que foi projetada há cerca de 30 anos, teve uma evolução e um desenvolvimento com algum descontrolo. Esse descontrolo, permitiu que fossem construídas unidades industriais e empresariais, fossem feitas ampliações, feitos e desenvolvidas anexações de lotes que, não coincidiam exatamente com os propósitos da permissão dos lotes e do que estava estabelecido inicialmente. Tendo-se chegado a uma situação em que as principais empresas instaladas na Zona Industrial do Sabugal não conseguissem ter uma licença de laboração e utilização, porque não tinham o cumprimento da*





edificação à luz do Parque. Isso criou ao longo destes últimos anos muitas dificuldades para submeterem candidaturas de ampliações, remodelações, trabalharem os processos de qualidade e poderem evoluir. Uma das primeiras coisas que me pediram, enquanto Presidente da Câmara, foi o da adequação do espaço. Este foi o trabalho desenvolvido, no sentido de suprir essas falhas cometidas ao longo de anos. Se este Plano for aprovado, todas as Empresas instaladas na Zona Industrial do Sabugal ficam com as suas situações, finalmente, resolvidas. -----

A aprovação deste Plano permite também que outras Empresas se consigam instalar, à semelhança da Viúva Monteiro que há mais de um ano espera por esta alteração, para assim poder começar a construir.” -----

Terminada a apresentação e não tendo havido inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a **Assembleia Municipal** deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração do Plano de Urbanização do Sabugal. -----

PONTO 8 - DISTINÇÕES HONORÍFICAS; -----

O Senhor Presidente da Assembleia começou por esclarecer que todos os Membros da Assembleia tinham um conjunto de 7 votos, que iriam utilizar na sequência das votações agendadas.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este ponto disse que regularmente tem sido feito o desafio às Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia para, no âmbito do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal, apresentarem propostas para que a Câmara Municipal as sinalize e referencie no dia 10 de novembro. Na ausência de propostas por parte das Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, a Câmara colocava essas sete propostas à consideração da Assembleia e que tinham sido aprovadas em reunião de câmara, por unanimidade. -

De seguida e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a votação se processaria por escrutínio secreto, em cumprimento do disposto no artigo 8º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal. A Assembleia Municipal deliberou, através de escrutínio secreto, aprovar a atribuição das seguintes distinções honoríficas: -

 **Medalha de Mérito Empreendedor do Município do Sabugal a: -----**

- Sr. Manuel José Lopes (Gelados Nevão): -----



Votos A Favor: 52 -----

Abstenções: 1 -----

Votos em Branco ou nulos: 3 -----

Medalha de Mérito Social do Município do Sabugal a: -----

- D. José Francisco Sanches Alves, Arcebispo de Évora: -----

Votos A Favor: 49 -----

Abstenções: 2 -----

Votos em Branco ou nulos: 5 -----

Medalha de Mérito Cívico do Município do Sabugal a: -----

- General Artur Neves Pina Monteiro: -----

Votos A Favor: 52 -----

Votos contra: 1 -----

Abstenções: 1 -----

Votos em Branco ou nulos: 2 -----

- Coronel Luís José Cunha Rasteiro: -----

Votos A Favor: 45 -----

Votos contra: 6 -----

Abstenções: 3 -----

Votos em Branco ou nulos: 2 -----

- Núcleo do Sabugal – Liga dos Combatentes: -----

Votos A Favor: 47 -----

Votos contra: 2 -----

Abstenções: 4 -----

Votos em Branco ou nulos: 3 -----

relatório do executivo



- Presidente de Juntas de Freguesia do Concelho que não se podem recandidatar por força da Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto: -----

Votos A Favor: 51 -----

Votos contra: 2 -----

Abstenções: 2 -----

Votos em Branco ou nulo: 1 -----

↓ **Medalha de Mérito Científico do Município do Sabugal;** -----

- Prof. Doutor João Manuel Graça Frade: -----

Votos A Favor: 48 -----

Votos contra: 1 -----

Abstenções: 5 -----

Votos em Branco ou nulos: 2 -----

As Medalhas serão entregues, em cerimónia pública e solene, a realizar no Dia do Concelho (10 de novembro), segundo o disposto no n.º 1 do artigo 32º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município do Sabugal. -----

PONTO 7 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**. Tomando a palavra, disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

Após lhe ter sido concedida a palavra, o **Senhor João Manso**, disse ter duas questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

1. Se o Caderno de Encargos das obras de Adaptação da Escola Básica do 1º e do 2º ciclo do Sabugal e da Escola Básica do 1º Ciclo do Soito, estavam claramente definidos os prazos a cumprir bem como as coimas se esses prazos não forem cumpridos. Porque estas obras vão criar um grande transtorno em toda a comunidade escolar. Esperava que se encontrasse uma



A

empresa responsável para não se repetirem os erros e os atrasos verificados na Requalificação da Avenida de São Cristóvão no Soito; -----

- 2. Estava à espera que fosse aberto um procedimento de empreitada para o prometido telheiro do campo de futebol do calvário, no Soito. O Senhor Vereador Vítor Proença verificou no local, a necessidade desta pequena obra, aquando da realização do Final da Taça de Juvenis, tendo prometido que iria envidar esforços para que fosse construído neste início de época. Senhor Presidente da Câmara em que fase de elaboração se encontra esta obra e se é ou não prioritária para a autarquia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que em resposta à intervenção feita, disse: *“em relação as obras de Adaptação do 1º e 2º Ciclo do sabugal, no valor de 591.156,76 € e a Adaptação e Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo do Soito, no valor de 471. 702,36 €, estão neste momento em fase de concurso. É evidente que são obras que têm o seu calendário definido.* -----

Não vamos crucificar o adjudicatário da obra de Requalificação da Avenida de São Cristóvão do Soito, porque também se verificaram alguns erros do projeto inicial. -----

Relativamente à segunda questão, o vereador Vítor Proença, na altura, transmitiu-me da necessidade de um coberto de salvaguarda para esse espaço. A obra não está em Plano e Orçamento de 2017. No entanto, está a ser feita uma avaliação da obra pelos serviços da Câmara.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a ATIVIDADE MUNICIPAL. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor Presidente da Assembleia, na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

José Teles, disse: -----

“Se os grandes mestres da nossa arquitetura vissem a imagem que nos oferece a rotunda próxima do Rio Côa, ficariam abismados. Pessoalmente acho estar fora de qualquer contexto. -----



No Sabugal temos três rotundas com excelente apresentação. Na Avenida das Tílias, ao cimo da Rua António José de Almeida e a outra na saída para a Guarda que representa a Batalha do Gravato em 1811.” -----

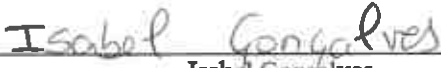
O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir que a intervenção do Dr. ° Teles permite-me dizer: *“ainda bem que a arte é um desafio interpretativo e tem uma enorme carga de subjetividade na avaliação. Mas aceito a interpretação pois é sinal que o Concelho está vivo. Aquele espaço foi dignificado por um escultor Sabugalense, Augusto Tomás, e deveríamos respeitar a sua arte. Até porque foi este mesmo escultor que fez a escultura alusiva à Batalha do Gravato, entre outras que focou.”* -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O **Presidente da Assembleia**,


Manuel Augusto Meirinho Martins

A **Técnica Superior**,


Isabel Gonçalves